



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>04</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica em gestão pública, com atuação em especial na área da educação, por meios de acompanhamento jurídico dos processos judiciais e administrativos que tramitam nas esferas judiciais e/ou administrativas dos Órgãos Estaduais e/ou Federais em face do Município de São Pedro do Piauí/PMSP/PI.

FEVEREIRO/2021

[assinatura]



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.

RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.

CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI

Proc.: 482

Fl.: 03

Ass.: [assinatura]

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA EM GESTÃO PÚBLICA, COM ATUAÇÃO EM ESPECIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, POR MEIO DE ACOMPANHAMENTO JURÍDICO DOS PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS QUE TRAMITAM NAS ESFERAS JUDICIAIS E/OU ADMINISTRATIVAS DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E/OU FEDERAIS EM FACE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e alterações posteriores e nas demais normas legais e regulamentares.

Fundamentação Legal: Federal nº 8.666/93.

1. DO OBJETO:

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto: Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica em gestão pública, com atuação em especial na área da educação, por meios de acompanhamento jurídico dos processos judiciais e administrativos que tramitam nas esferas judiciais e/ou administrativas dos Órgãos Estaduais e/ou Federais em face do Município de São Pedro do Piauí/PMSP/PI.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica se a referida contratação para a atuação em procedimentos judiciais/administrativos relacionados ao Direito, Educacional, Civil, Administrativo, Trabalhista, Tributário, Ambiental e Direito Público, assessorando para organizar a administração pública conforme a legislação pertinente

2.2. Considerando a necessidade de consultoria e assessoria jurídica educacional perante todos os juízes e tribunais, inclusive superiores, da Justiça Comum Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, assim como assessoria e representação perante órgãos da Administração Pública, em especial Órgãos de Controle e Autarquias da Administração Estadual e Federal, tais como TCE, TCU, CGE, DNASUS, CODEVASF, FNDE, Secretaria do Tesouro Nacional (CAUC), cuja atuação é imprescindível para a manutenção da regularidade fiscal dos municípios, com atuação voltado a área educacional do município/PMSP/PI..

3. DO OBJETIVO:

3.1. O presente Termo tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos, normas, padrões, diretrizes gerais e outras exigências que possam garantir a fiel execução do objeto quando da necessidade da execução dos serviços subsidiando tecnicamente a realização da contratação e/ou setor responsável pelo recebimento e fiscalização dos serviços a serem contratados.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 06
Ass.:

4. PRAZO DE VIGÊNCIA:

4.1. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência caracteriza-se em face da necessidade da Administração da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí - PMSP/PI, demandar frequentemente dos serviços técnicos especializados, uma vez que interrupção da prestação dos serviços poderá causar prejuízos às atividades e ações realizadas por esta Prefeitura Municipal – PMSP/PI.

4.2. Da celebração do Contrato Administrativo Individual, o qual estará adstrito ao crédito orçamentário que sustentará a despesa prevista, preservada a ressalva do inciso II do art. 57 da Lei 8.666-93.

4.3. O contrato respectivo terá vigência de 10 (dez) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses conforme o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93;

4.4. Será dada publicidade o resumo do contrato na forma de extrato no DOM, Jornal de Grande Circulação, Portal da Transparência e Quadro de Avisos na forma e prazo que determina a legislação.

5. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS:

5.1. Conforme especificações do objeto o local de execução dos serviços será na sede da Secretaria Municipal de Educação e nos locais indicado na Ordem de Serviço.

5.2. O prazo para início de execução dos serviços será imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, empenho, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI.

6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PRAZOS:

6.1. Os serviços serão recebidos: **Provisoriamente** a partir da prestação dos serviços, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e proposta da contratada.

6.2. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Bens/Materiais/Serviços, composta de, no mínimo 3 (três) servidores, na forma do artigo 15, §8º da Lei 8.666/93, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir quanto a execução na forma que determina a legislação, qualidade e adequações dos serviços executados, conforme art. 73, inciso II, letras “a” e “b”, e ainda, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93

6.3. **Definitivamente**, após a verificação da conformidade com as especificações constante do Termo de Referência e da proposta e sua consequência aceitação dos serviços prestados, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: <u>487</u>
Fl.: <u>07</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

6.4. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

6.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo ser imediatamente substituído, à custa da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste TR e Legislação Pertinente.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não sendo procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após observação e vistoria que comprove as conformidades com as especificações do objeto executado com o Termo de Referência e proposta da empresa contratada.

6.8. O objeto será executado, somente mediante a apresentação de autorização, devidamente preenchida e expedida pela autoridade competente ou responsável por ele designado:

a) Os serviços deverão ser executados no prazo legal estabelecido pelos órgãos de controle interno e externo e legislação específica;

b) A entrega/execução dos serviços deverá ser executada de acordo com a legislação pertinente ao objeto, com as disposições desse Termo de Referência;

6.9. Por ocasião da entrega/execução dos serviços, o contratado deverá colher comprovante de entrega contendo data, o nome, o cargo e a assinatura emitidos pela Administração responsável e designados para o recebimento e fiscalização dos serviços executados.

6.10. A CONTRATADA comprometer-se-á a executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, bem como, efetuar a substituição, correção ou complementação imediatamente, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço comprovadamente em desconforme com a legislação, ou ainda incompatível com o Termo de Referência e Proposta da Contratada na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

6.11. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, correndo a cargo da CONTRATANTE absolutamente os valores referentes contratados do objeto na forma da proposta da contratada.

6.12. Será designado pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí o Fiscal do contrato, na forma que determina a legislação e este Termo de Referência, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, anotando em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do Objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

[Assinatura]



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 982
Fl.: 08
Ass.:

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

6.14. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo assinado, após a observação que comprove as conformidades com as especificações do objeto executado com as especificações e proposta da empresa prestadora dos serviços.

7. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

7.1. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação fiscal, jurídica e trabalhista.

7.1.2 Efetuar a prestação dos serviços, cumprindo e observando as normas e legislação, em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do TR e da proposta, acompanhado dos respectivos documentos obrigatórios com todos os equipamentos de segurança e em conformidade com a legislação pertinente;

7.1.3. Efetuar a prestação dos serviços em conformidade com as Resoluções do Órgão competente;

7.1.4. Acompanhar as ações do Município de São Pedro do Piauí no objeto pactuado

7.1.5. Realizar a consultoria e assessoria técnica especializada no objeto pactuado conforme proposta de prestação dos serviços;

7.1.6. Dar assistência judicial perante todos os juízes e tribunais, inclusive superiores, da Justiça Comum Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, assim como assessoria e representação perante órgãos da Administração Pública, em especial Órgãos de Controle e Autarquias da Administração Estadual e Federal, tais como TCE, TCU, CGE, DNASUS, CODEVASF, FNDE, Secretaria do Tesouro Nacional (CAUC),

7.1.7. Atuação em procedimentos judiciais/administrativos relacionados ao Direito, Educacional, Civil, Administrativo, Trabalhista, Tributário, Ambiental e Direito Público, assessorando para organizar a administração pública conforme a legislação pertinente.

7.1.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou autorizado pela Administração;

7.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSPI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>09</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.11. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.1.12. Prestar os serviços em conformidade com a legislação pertinente;

7.1.13. Disponibilizar os serviços para uso pela contratante dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas e do prazo pactuado no TR, implantando de forma adequada, a supervisão permanente dos mesmos, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

7.1.14. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas nos prazos estabelecidos;

7.1.15. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados;

7.1.16. Responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

7.1.17. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;

7.1.18. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do serviço, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.1.19. A CONTRATADA assumirá responsabilidade integral e exclusiva pelos serviços CONTRATADOS, bem como, responder por todas as atividades decorrentes da prestação de serviços, objeto do Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro;

7.1.20. A CONTRATADA deverá apresentar os funcionários devidamente registrados e uniformizados;

7.1.21. A CONTRATADA deverá obedecer e fazer cumprir as normas de segurança do trabalho;

7.1.22. Em tudo agir, segundo as diretrizes e legislação específica.

7.1.23. Comunicar a Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.1.24. Comunicar a Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.

7.1.25. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor do Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;

**ESTADO DO PIAUÍ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>20</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

7.1.26. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

7.1.27. Não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI:

8.2. Efetuar o pagamento, quando da sua contratação, nos prazos e as condições estipuladas neste instrumento e em conformidade com a legislação pertinente.

8.3. Promover por meio de servidor (es) especialmente designado, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido na proposta da contratada e/ou devolvendo para substituição, os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo PMSP/PI, não devem ser interrompidos;

8.5. Proporcionar à empresa contratada as facilidades necessárias a fim de que a contratada possa prestar os serviços a contento;

8.6. Fornecer ao contratado todas as informações, documentação relacionadas com o objeto conforme descrições e especificações do objeto contratado;

8.7. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à entrega do objeto, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;

8.8. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento contratual;

8.9. Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

8.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.11. Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para figurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do recebimento dos documentos de comprovação;

8.12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução dos serviços;

8.13. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: <u>982</u>
Fl.: <u>77</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

9.1. Nos termos dos Art. 67, § 1º, Lei nº. 8.666, de 1993 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observada.

9.2. O Gestor e Fiscal do Contrato serão servidores indicados por portaria específica para este contrato do quadro da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI, os quais deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução para fins de pagamento e acompanhara a execução do contrato.

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.5. A Fiscalização será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI, através de servidor/comissão designado para esse contrato, no qual serão prestados serviços, a quem caberá realizar, entre outras atribuições:

9.5.1. Emitir **mensalmente** a Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI para conhecimento e encaminhamentos subsequentes, **Relatório de Acompanhamento dos Serviços, Executados, quando for o caso.**

9.5.2. Atestar a(s) nota(s) fiscal (is) e vistar os demais documentos apresentados pela Contratada, bem como apor o “de acordo”, quando julgá-los corretos.

9.6. Constituem as atividades do Fiscal de Contrato:

9.6.1. Fornecer todos os meios legais para o ideal desempenho das atividades contratadas;

9.6.2. Emitir relatório final de execução do contrato de sua responsabilidade;

9.6.3. Notificar a Contratada qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais;

9.6.4. Controlar a vigência dos contratos;

**ESTADO DO PIAUÍ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI

Proc.: 482

Fl.: 72

9.6.5. Acompanhar a execução, principalmente quanto à quantidade e qualidade dos serviços previstos no objeto do contrato administrativo;

10. DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

10.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal apresentada.

10.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10.7. A Nota Fiscal correspondente deverá ser protocolada, pela CONTRATADA, diretamente no protocolo da PMSP/PI, que será encaminhada para o fiscal do contrato que somente atestará a execução do objeto nomes de referência e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

10.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Gestor deste Contrato/Comissão de Recebimento (Servidor do Órgão Contratante) e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.9. No caso de atraso de pagamento, desde que comprovadamente a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSPI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>73</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

10.10. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme determina a legislação:

10.10.1. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

10.10.2. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

10.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.10.5. Certidão Negativa de Falência e Concordata do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.11. Os pagamentos relativos a prestação dos serviços só serão pagos em nome da empresa contratada não sendo admitida a emissão de faturas em nome de filiais ou de terceiros.

10.12. O pagamento poderá ser sustado pela Contratante, caso ocorra inadimplemento das obrigações da Contratada para com a Contratante e/ou erros ou vícios na fatura.

10.13. O pagamento será feito através de transferência bancária na conta corrente da Contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

11. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO:

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja na rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

11.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditória e ampla defesa.

11.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

11.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 76
Ass.: [assinatura]

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- m) A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei; (XIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- n) A suspensão da execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; (XIV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

**ESTADO DO PIAUÍ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>15</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; (XV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto; XVI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);

11.3.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.3.2.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

11.4. A rescisão do contrato poderá ser: (Art. 79, Lei Federal nº 8.666/93)

11.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93; (Art. 79, Inciso I, Lei Federal nº 8.666/93).

11.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; (Art. 79, Inciso II, Lei Federal nº 8.666/93).

11.4.3. Judicial, nos termos da legislação vigente; (Art. 79, Inciso III, Lei Federal nº 8.666/93).

11.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. (Art. 79, § 1º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: (Art. 79, § 2º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.6.1. Devolução de garantia; (Art. 79, § 2º, I, Lei Federal nº 8.666/93).

11.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; (Art. 79, § 2º, II, Lei Federal nº 8.666/93).

11.6.3. Pagamento do custo da desmobilização. (Art. 79, § 2º, III, Lei Federal nº 8.666/93).



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 76
Ass.:

11.7. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo. (Art. 79, § 5º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.8. A rescisão de que trata o inciso I do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei: (Art. 80, Lei Federal nº 8.666/93).

11.8.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração; (Art. 80, Inciso I, Lei Federal nº 8.666/93).

11.8.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei; (Art. 80, Inciso II, Lei Federal nº 8.666/93).

11.8.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; (Art. 80, Inciso III, Lei Federal nº 8.666/93).

11.8.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. (Art. 80, Inciso IV, Lei Federal nº 8.666/93).

11.9. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do art.80 da Lei Federal nº 8.666/93, fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta. (Art. 80, § 1º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.10. É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais. (Art. 80, § 2º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.11. Na hipótese do inciso II do art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93 deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso. (Art. 80, § 3º, Lei Federal nº 8.666/93).

11.12. A rescisão de que trata o inciso IV do artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93, permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I do art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93. (Art. 80, § 4º, Lei Federal nº 8.666/93).

12. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos, da Lei no. 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos serviços não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 27
Ass.: [assinatura]

- a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;
- b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e,
- c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

II. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

- a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
- b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
- c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

III. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

[assinatura]



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 18
Ass.: [assinatura]

b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

IV. ADVERTÊNCIA

a) A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarretem pequeno prejuízo a Administração Municipal, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

13. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que a Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí/PMSP/PI, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto, respeitado os limites conforme o disposto na Lei Federal 8.666/93.

13.2. Fica facultada a supressão além do limite previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 79
Ass.: [assinatura]

13.3. O Contrato produto deste Termo de Referência poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração, com apreciação das devidas justificativas.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, sem que haja concordância da Administração;

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. O crédito pelo qual correrá a despesa origina-se: FONTE DE RECURSO: Recursos Ordinários: FPM, FME, ICMS Dotação Orçamentária: 04.122.0002.2041; 12.361.0004.2202 - Elemento de Despesa: 33.90.35.02 – Serviços de Consultoria Jurídica Projeto Atividade: 2041. Fonte: 01..

16.2. Os pagamentos serão efetuados obedecendo rigorosamente os estágios indicados no art. 63 da Lei nº 4.320/64.

17. DAS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO:

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da contratada, a comissão de licitação/CPL/PMSP/PI verificará o eventual cumprimento das condições de contratação.

17.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), consulta ao cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.

17.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

17.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSPI
Proc.: <u>482</u>
Fl.: <u>20</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>

Comercial da respectiva sede, **acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;**

17.4.4. No caso de sociedade simples: **inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;**

17.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado. (Cópia de documentos de identificação dos representantes legais);

17.4.6. Declaração de que não possuem em seu quadro de pessoal empregado(s) menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998), nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999); (Art. 27, Inciso V, Lei Federal nº. 8.666/93);

17.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

17.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

17.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.5.2. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.5.3. Prova de regularidade relativa ao o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994); (Art. 29, Inciso IV, Lei Federal nº. 8.666/93);

17.5.4. Prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio da licitante (dívida corrente e dívida ativa, conforme o caso);

17.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

17.7.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características semelhantes com objeto da licitação mediante apresentação de:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

PMSPI	
Proc.:	482
Fl.:	27
Ass.:	<i>[Handwritten Signature]</i>

17.7.2. Atestado de Capacidade Técnica que comprovem execução por parte da empresa LICITANTE, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas de objeto idêntico ou semelhante ao desta licitação. O(s) Atestado(s) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da CONTRATANTE devendo conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) Razão Social e CNPJ, e 2) Descrição do Objeto contratado.

17.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

17.8.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do PROPONENTE que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para a contratação.

18. DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

18.1. O critério de avaliação da proposta para execução dos serviços técnicos, foi avaliado pelo preço praticado no mercado local e nacional.

19. DO CONTRATO:

19.1. Após o tramite processual a PMSPI/PI deverá celebrar Contrato referente a prestação dos Serviços comuns objeto deste Termo de Referência.

19.2. O contrato a ser celebrado obedecerá à Minuta constante no anexo deste Termo de Referência, na qual serão considerados todos os elementos apresentados pela proposta que tenham servido de base para o julgamento deste processo, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.3. Como condição para celebração do Contrato, a empresa contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

19.4. O Contrato a ser firmado em decorrência deste processo poderá ser rescindido a qualquer tempo independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº. 8.666/93.

19.5. Na minuta do Contrato estão fixadas as responsabilidades das partes as condições de pagamento e demais obrigações contratuais.

20. DO VALOR ESTIMADO DO OBJETO:

20.1. O presente termo de referência foi elaborado com base em preços praticados no mercado realizado pelo Setor de Compras da PMSPI/PI junto a outras Prefeituras do mesmo porte, observando-se também os preços praticados no mercado.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ/PMSP/PI.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMSP/PI.
RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N – CENTRO – CEP: 64.430.000.
CNPJ: 30.950.665/0001-27

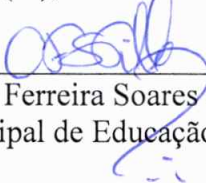
PMSP/PI
Proc.: 482
Fl.: 22
Ass.: [assinatura]

20.2 Para fins de contratação o valor mensal admitido será de em conformidade com o quadro abaixo:.

21. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS COMUNS:

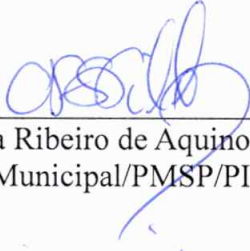
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA		
Item	Especificação dos Serviços	Valor Mensal
001	Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica em gestão pública, com atuação em especial na área da educação, por meios de acompanhamento jurídico dos processos judiciais e administrativos que tramitam nas esferas judiciais e/ou administrativas dos Órgãos Estaduais e/ou Federais em face do Município de São Pedro do Piauí/PMSP/PI.	4.000,00
Valor Mensal:		4.000,00
Valor Global: 10 (Dez) meses		40.000,00

São Pedro do Piauí (PI), 10 de fevereiro de 2021.


Cantidiano Ferreira Soares Filho
Secretário Municipal de Educação/PMSP/PI.

ATO DE APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Nos termos do disposto no art. 2º da Lei 9.784/1999 e Lei Federal nº 8.666/93, APROVO e justifico o presente Termo de Referência pela demonstração da adequação entre os fatos descritos e ocorridos, a base legal e a medida adequada para a presente contratação pública. Encaminho após todo o trâmite legal para a Comissão Permanente de Licitação/CPL/PMSP/PI, para as providências devidas e demais procedimentos.


Aprovo: José Maria Ribeiro de Aquino Júnior
Prefeito Municipal/PMSP/PI.